

Ensino Religioso como ferramenta para a inclusão: reflexões e práticas pedagógicas aos olhares da educação especial

Religious Education as a tool for inclusion: reflections and pedagogical practices from the perspective of special education

La Educación Religiosa como herramienta de inclusión: reflexiones y prácticas pedagógicas desde la perspectiva de la educación especial

DOI: 10.52641/cadcajv10i3.1065

Submitted on: 7.24.2025 | Accepted on: 7.29.2025 | Published on: 8.7.2025

Olga Daniele de Almeida Aguiar¹

RESUMO: Este artigo analisa o papel do Ensino Religioso como ferramenta para a promoção da inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no contexto da educação básica. Parte-se da compreensão de que a educação inclusiva constitui um direito garantido pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), exigindo práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e assegurem o protagonismo dos alunos. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, buscou identificar como o Ensino Religioso pode contribuir para a construção de uma cultura escolar mais acolhedora, democrática e sensível às singularidades dos estudantes. Os resultados apontam que, quando planejada de forma intencional e colaborativa, a disciplina favorece o desenvolvimento da empatia, do diálogo inter-religioso e da convivência ética. As estratégias pedagógicas ativas, como rodas de conversa, contação de histórias adaptadas e uso de recursos multissensoriais, mostraram-se eficazes na promoção da participação dos alunos com deficiência. Contudo, ainda há desafios relacionados à formação docente e à carência de materiais acessíveis. Conclui-se que o fortalecimento do Ensino Religioso inclusivo exige investimentos em políticas públicas, formação continuada e práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e os direitos humanos.

Palavras-chave: Ensino Religioso, inclusão escolar, necessidades educacionais especiais, diversidade, formação docente, práticas pedagógicas.

ABSTRACT: This article analyzes the role of Religious Education as a tool for promoting the inclusion of students with special educational needs in basic education. It is based on the understanding that inclusive education is a right guaranteed by the Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities (Law No. 13,146/2015), requiring pedagogical practices that value diversity and ensure student empowerment. The qualitative and

¹ Mestranda em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
E-mail: danielle.almeida29@gmail.com

bibliographical research sought to identify how Religious Education can contribute to building a more welcoming, democratic, and sensitive school culture. The results indicate that, when planned intentionally and collaboratively, the discipline fosters the development of empathy, interreligious dialogue, and ethical coexistence. Active pedagogical strategies, such as discussion circles, adapted storytelling, and the use of multisensory resources, have proven effective in promoting the participation of students with disabilities. However, challenges remain related to teacher training and the lack of accessible materials. It is concluded that strengthening inclusive Religious Education requires investments in public policies, continuing education and pedagogical practices committed to equity and human rights.

Keywords: Religious Education, school inclusion, special educational needs, diversity, teacher training, pedagogical practices.

RESUMEN: Este artículo analiza el papel de la Educación Religiosa como herramienta para promover la inclusión de estudiantes con necesidades educativas especiales en la educación básica. Se parte de la premisa de que la educación inclusiva es un derecho garantizado por la Ley de Inclusión de Personas con Discapacidad (Ley n.º 13.146/2015), que exige prácticas pedagógicas que valoren la diversidad y garanticen el empoderamiento del alumnado. La investigación cualitativa y bibliográfica buscó identificar cómo la Educación Religiosa puede contribuir a la construcción de una cultura escolar más acogedora, democrática y sensible. Los resultados indican que, cuando se planifica de forma intencionada y colaborativa, la disciplina fomenta el desarrollo de la empatía, el diálogo interreligioso y la convivencia ética. Estrategias pedagógicas activas, como los círculos de debate, la narración adaptada y el uso de recursos multisensoriales, han demostrado ser eficaces para promover la participación del alumnado con discapacidad. Sin embargo, persisten desafíos relacionados con la formación docente y la falta de materiales accesibles. Se concluye que fortalecer la Educación Religiosa inclusiva requiere inversiones en políticas públicas, formación continua y prácticas pedagógicas comprometidas con la equidad y los derechos humanos.

Palabras clave: Educación Religiosa, inclusión escolar, necesidades educativas especiales, diversidad, formación docente, prácticas pedagógicas.

1. INTRODUÇÃO

A consolidação de políticas inclusivas no Brasil tem impulsionado transformações significativas no ambiente escolar, sobretudo no que diz respeito à garantia do direito à educação para todos. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº

13.146/2015) estabelece a obrigatoriedade de práticas pedagógicas que assegurem a participação plena e equitativa dos estudantes com necessidades educacionais especiais no contexto da educação comum. Essa legislação impõe às instituições escolares o compromisso com a promoção de uma cultura inclusiva, que valorize a diversidade como elemento enriquecedor do processo de ensino e aprendizagem.

Nesse cenário, o Ensino Religioso, componente curricular previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, emerge como um espaço pedagógico privilegiado para fomentar o respeito à pluralidade de crenças, culturas e modos de ser. Ao tratar de temas relacionados à ética, espiritualidade, identidade e convivência, essa disciplina oferece condições favoráveis ao desenvolvimento de práticas educativas inclusivas, que reconhecem e acolhem as singularidades dos alunos. No entanto, ainda são escassos os estudos que exploram, de forma sistematizada, as potencialidades do Ensino Religioso enquanto ferramenta de inclusão, especialmente voltada aos estudantes com deficiência ou necessidades específicas.

Justifica-se, portanto, a presente pesquisa pela relevância de discutir como o Ensino Religioso pode contribuir para o fortalecimento de uma cultura escolar pautada no acolhimento, na empatia e no diálogo. Investigar essa interface é fundamental não apenas para o aprimoramento da formação docente, mas também para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais sensíveis às realidades dos estudantes, promovendo uma educação efetivamente inclusiva.

Diante disso, este estudo tem como objetivo geral analisar o papel do Ensino Religioso na promoção da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da educação básica.

Acredita-se que, ao problematizar tais questões, será possível contribuir para o avanço do debate sobre práticas educacionais mais equitativas e comprometidas com a formação integral de todos os estudantes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

A educação inclusiva no Brasil representa uma conquista fundamental na busca por justiça social e igualdade de oportunidades, pois propõe que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais, tenham acesso pleno ao ambiente escolar. Ao romper com práticas excludentes do passado, a inclusão se apresenta como um princípio norteador para transformar as escolas em espaços verdadeiramente democráticos, nos quais a diversidade é reconhecida como valor e potencializa o processo de aprendizagem coletivo. O compromisso com a inclusão exige mais do que adaptações curriculares: demanda uma mudança profunda de mentalidade, incentivando a valorização das diferenças como elementos enriquecedores da experiência educacional. A inclusão escolar garante a todos os alunos o direito de participar das mesmas experiências educacionais, reconhecendo e valorizando as diferenças como parte essencial do processo de aprendizagem, e não como obstáculos (Mantoan, 2003).

Essa perspectiva beneficia alunos com necessidades específicas e contribui para o desenvolvimento de toda a comunidade escolar, promovendo empatia, respeito mútuo e colaboração entre todos os envolvidos. Compreender e aplicar os conceitos da educação inclusiva significa defender uma escola aberta ao diálogo, à escuta ativa e à participação efetiva dos sujeitos em sua pluralidade. Diante desse cenário, torna-se imprescindível que gestores, professores e demais profissionais da educação estejam comprometidos com políticas públicas inclusivas e práticas pedagógicas inovadoras, garantindo o direito inalienável à educação de qualidade para todos.

Os fundamentos da educação inclusiva assentam-se no princípio basilar de que todo indivíduo merece acesso ao ensino, sem distinções. Rompendo barreiras históricas de segregação, essa perspectiva celebra as diferenças individuais, criando ambientes educacionais adaptáveis. Ao implementar estratégias pedagógicas flexíveis, as

instituições podem acolher cada estudante, garantindo oportunidades para que desenvolvam plenamente suas potencialidades acadêmicas, sociais e emocionais.

Implementar esses princípios significa muito mais que simplesmente integrar fisicamente alunos com deficiência. Trata-se de construir espaços onde cada sujeito participe ativamente do processo educativo. Escolas verdadeiramente inclusivas aceitam a diversidade e evidenciam seu potencial enriquecedor. Aprender coletivamente fortalece vínculos sociais e promove uma cultura mais equitativa e solidária, tornando a educação um instrumento real de transformação social.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, sob a LEI Nº 13.146 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, tornou-se um divisor de águas na proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Mais do que um simples documento legal, ela estabelece diretrizes claras para garantir o acesso integral à educação, vedando qualquer tipo de discriminação. Ao definir parâmetros precisos, a lei consolida o compromisso do Estado com uma sociedade verdadeiramente inclusiva, especialmente no ambiente escolar, onde recursos de acessibilidade e atendimento especializado são agora uma realidade obrigatória.

Na implementação prática, este estatuto impulsiona transformações profundas no cotidiano educacional. Requer adaptações não apenas estruturais, mas também curriculares e comportamentais. O sucesso dessa iniciativa depende da capacitação contínua dos educadores, do engajamento familiar e do investimento em tecnologias assistivas. Conhecer e aplicar essa legislação significa mais do que cumprir uma norma: representa um passo crucial para desconstruir preconceitos históricos e construir um ambiente escolar genuinamente equitativo e acolhedor para todos os estudantes.

Do outro ângulo, é importante reconhecer que a LBI transcende o mero texto legal, exigindo sua tradução em práticas vivas no ambiente escolar. Enquanto algumas instituições avançam com materiais inclusivos e formação continuada, outras ainda tropeçam em obstáculos atitudinais e estruturais. O Art. 2º é claro quanto às pessoas com deficiência, o que nos permite refletir a respeito de gestores e educadores que esbarram em barreiras institucionais e no despreparo para lidar com realidades diversificadas.

Nesse sentido, o compromisso com a inclusão demanda acompanhamento sistemático e políticas públicas articuladas entre diferentes esferas governamentais. Mais ainda, parcerias com organizações sociais podem impulsionar iniciativas inovadoras, garantindo que o espírito da LBI se concretize em avanços tangíveis no cotidiano educacional brasileiro.

Ao mergulhar nos detalhes do Estatuto da Pessoa com Deficiência, percebe-se que sua real força reside além do papel. Não basta criar normas; é preciso cultivar um ambiente genuíno de acolhimento. Para isso, as instituições precisam investir na formação de professores capazes de compreender e abraçar as diferentes realidades dos alunos.

A transformação nasce do diálogo e da abertura. Muitas vezes, a resistência inicial cede quando educadores compartilham experiências bem-sucedidas e envolvem ativamente a comunidade escolar. Oficinas, fóruns e parcerias intersetoriais funcionam como pontes, traduzindo o texto legal em ações concretas que ampliam oportunidades para todos.

A Educação Inclusiva representa um marco transformador e paradigmático no campo educacional contemporâneo, configurando-se como uma garantia fundamental do direito de todos os alunos, independentemente de suas características, condições físicas, sensoriais, intelectuais ou necessidades especiais, de terem acesso pleno e irrestrito a uma educação de qualidade. Essa qualidade deve ser assegurada em ambientes escolares comuns, que promovam a convivência e o aprendizado coletivo, com o suporte necessário para o desenvolvimento integral do estudante, abrangendo aspectos acadêmicos, sociais, emocionais e culturais (Mantoan, 2003).

Neste contexto, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), sancionada em 6 de julho de 2015, estabelece com clareza o dever do Estado em garantir um sistema educacional inclusivo em todos os seus níveis e modalidades, desde a educação infantil até a superior, incluindo também a educação especial na perspectiva da inclusão. A lei determina a eliminação sistemática de todas as barreiras — sejam elas pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais ou atitudinais —

que possam obstruir ou limitar a participação plena e efetiva dos estudantes com deficiência no ambiente escolar.

Importante destacar que a inclusão transcende a simples matrícula do aluno em uma escola regular. Ela demanda profundas transformações estruturais, metodológicas e culturais nas instituições de ensino, nas práticas pedagógicas e na formação dos profissionais da educação. Lopes e Peroni (2011) enfatizam que a educação inclusiva deve contemplar adaptações curriculares significativas que considerem as diferentes formas de aprendizagem e as necessidades específicas dos alunos, assim como o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças como fonte de riqueza e pluralidade, assegurando a participação ativa e o protagonismo dos estudantes em todos os aspectos do processo educativo.

Essas adaptações pedagógicas são amplas e variadas, podendo envolver desde o uso de tecnologias assistivas, como softwares de leitura para alunos com deficiência visual, recursos de audiodescrição, intérpretes de Libras para alunos surdos, até estratégias pedagógicas colaborativas que envolvam educadores, profissionais de apoio, famílias e toda a comunidade escolar, com o objetivo de construir um ambiente acolhedor, acessível e estimulante.

Como exemplo prático e emblemático da aplicação da LBI, destaca-se o emprego de recursos tecnológicos inovadores que potencializam o acesso ao conteúdo curricular e facilitam a comunicação dos alunos com necessidades especiais. Entre esses recursos, encontramos softwares de leitura com síntese de voz, ampliadores de tela, intérpretes de Libras, legendas em vídeos, materiais didáticos em formatos acessíveis (braile, áudio, digital), que são fundamentais para a efetivação do direito à educação inclusiva.

No âmbito do ensino religioso, há ainda o desafio da complexidade cultural e ética, pois a disciplina lida com crenças, valores e práticas que são intrinsecamente pessoais e diversificadas. Gomes (2014) e Delizoicov e Angotti (2010) ressaltam que os professores devem estar preparados para mediar o diálogo inter-religioso sem promover doutrinação, o que exige deles uma postura de abertura, respeito e promoção da diversidade, aspectos que nem sempre são contemplados na formação docente tradicional.

Outro aspecto crítico refere-se à resistência cultural e institucional que alguns professores manifestam diante da inclusão, muitas vezes por falta de compreensão dos direitos dos alunos com deficiência ou por receio diante da complexidade das adaptações necessárias. Essa resistência pode ser agravada pela ausência de suporte institucional, como materiais didáticos adaptados, apoio de profissionais especializados e infraestrutura adequada.

A formação docente para o ensino religioso inclusivo constitui um desafio estratégico para a construção de uma educação democrática, pluralista e equitativa. Superar as barreiras pedagógicas, culturais e institucionais exige um compromisso coletivo que envolva políticas públicas efetivas, cursos de formação de qualidade e práticas colaborativas que valorizem a diversidade. Investir na formação dos professores é investir na promoção de ambientes escolares acolhedores, onde todos os alunos, independentemente de suas características, possam desenvolver seu potencial, participar ativamente do processo educativo e construir uma convivência pautada no respeito, na empatia e na valorização das diferenças. Assim, a formação docente crítica, reflexiva e inclusiva para o ensino religioso não apenas contribui para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, mas também fortalece a democracia e a cultura de paz na sociedade brasileira.

2.2 A INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR E COMO FONTE DE RESPEITO AOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

No âmbito do Ensino Religioso, a inclusão assume um papel essencial na construção de um ambiente escolar que acolhe e valoriza as singularidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Silva e Santos (2018) destacam que o ensino religioso inclusivo não se limita à transmissão de conteúdos, mas constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento da empatia, do respeito às diferenças e da valorização da identidade de cada aluno. Esse ambiente contribui significativamente para

a construção da autoestima e para a promoção de uma cultura de paz, fundamentada no reconhecimento e na aceitação das diversidades presentes no grupo escolar.

Moreira (2017) enfatiza que as práticas pedagógicas inclusivas no ensino religioso devem incorporar o uso de linguagens acessíveis, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), materiais adaptados em diferentes formatos (visuais, táteis, auditivos) e recursos tecnológicos que facilitem a participação plena e efetiva de todos os alunos, independentemente de suas limitações. Estes recursos não apenas garantem o acesso ao conteúdo, mas também promovem a autonomia e o protagonismo dos estudantes.

Além disso, o estímulo ao diálogo inter-religioso deve ser uma prática constante, por meio de atividades como rodas de conversa e projetos participativos que envolvam a comunidade escolar em sua totalidade, favorecendo o reconhecimento da diversidade religiosa e cultural e fortalecendo a convivência democrática.

Dentre as práticas pedagógicas recomendadas para o ensino religioso inclusivo, podemos destacar: rodas de diálogo inter-religioso inclusivas que consiste em atividades que asseguram a participação ativa de alunos com diferentes deficiências, utilizando intérpretes de Libras para surdos e materiais visuais adaptados para deficientes intelectuais ou visuais, promovendo a comunicação efetiva e o engajamento de todos; atividades multissensoriais que são estratégias que envolvem o uso de música, objetos táteis, vídeos e outros recursos audiovisuais, ampliando o acesso aos conteúdos para alunos com deficiências variadas, especialmente para aqueles com deficiência visual ou intelectual, tornando a aprendizagem mais significativa e inclusiva e por fim, a contação de histórias adaptadas que são narrativas religiosas apresentadas por meio de recursos visuais, audiovisuais e até dramatizações, que facilitam a compreensão dos alunos com diferentes necessidades educacionais, promovendo a participação e o interesse pela disciplina.

Como ressaltam Silva e Santos (2018), o ensino religioso inclusivo é um espaço privilegiado para o exercício do respeito às diferenças, promovendo a construção de uma cultura de paz e diálogo". Essa afirmação reforça o papel transformador do ensino

religioso inclusivo no desenvolvimento de um ambiente escolar em que a diversidade é compreendida como fonte de aprendizado e construção coletiva.

A fundamentação teórica da educação inclusiva é imprescindível para embasar e orientar as práticas pedagógicas, as políticas educacionais e as ações cotidianas nas escolas. Dentre os modelos teóricos mais relevantes, destaca-se o modelo social da deficiência, proposto por Oliver (1990), que representa uma mudança significativa de paradigma ao deslocar o foco da deficiência do indivíduo para as barreiras impostas pelo ambiente e pela sociedade. Segundo esse modelo, a exclusão social e educacional dos indivíduos com deficiência não é consequência direta da limitação física ou intelectual, mas sim resultado das condições sociais, das atitudes discriminatórias e da falta de acessibilidade dos espaços.

Complementarmente, o modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1979) oferece uma compreensão abrangente do desenvolvimento humano, destacando a influência dos múltiplos contextos em que o indivíduo está inserido — microsistema (família, escola), mesossistema (interação entre esses ambientes), exossistema (instituições e políticas), e macrossistema (valores culturais e sociais). Essa perspectiva reforça a importância da interação entre família, escola, comunidade e sociedade para a promoção da inclusão efetiva, evidenciando que o desenvolvimento pleno do aluno depende da qualidade dessas relações e do ambiente inclusivo.

Villa e Thousand (2005) propõem ainda a adoção de modelos colaborativos e flexíveis, que envolvem o planejamento conjunto entre educadores, profissionais de apoio, especialistas e famílias, além da flexibilização curricular e do uso intensivo de tecnologias assistivas. Esses modelos visam atender às demandas específicas de cada aluno com necessidades educacionais especiais, proporcionando um ensino personalizado e inclusivo, que respeite as diferenças e potencialize as capacidades individuais.

Essas teorias e modelos sustentam a necessidade premente de práticas pedagógicas adaptativas, flexíveis e inclusivas, que promovam a participação plena e o desenvolvimento integral de todos os estudantes, contribuindo para a construção de uma

escola mais justa, democrática e comprometida com os direitos humanos. Como podemos compreender através da obra de Oliver (1990), que a deficiência deve ser compreendida como uma construção social, e é responsabilidade da escola eliminar as barreiras que impedem a verdadeira inclusão.

Sob um olhar mais profundo, o Ensino Religioso transcende a mera exposição doutrinária. Ao mergulhar nas diferentes tradições de fé, esse componente curricular cria um ambiente onde a inclusão floresce naturalmente. Os estudantes aprendem a desconstruir preconceitos, desenvolvendo uma compreensão genuína da diversidade humana.

O diálogo intercultural ganha força quando os temas abordados ultrapassam os limites das crenças específicas. Justiça social, tolerância e solidariedade tornam-se ferramentas poderosas para transformar o espaço escolar. Nesse contexto, o Ensino Religioso não apenas educa, mas forma cidadãos capazes de respeitar e valorizar as diferenças que os cercam.

Para além das práticas convencionais, eventos como feiras culturais, semanas temáticas e pesquisas sobre religiões mundiais ampliam o escopo do Ensino Religioso. Tais iniciativas não apenas compartilham saberes, mas valorizam as narrativas individuais dos alunos e suas famílias, fortalecendo o sentimento de pertencimento. Ao convidar representantes de diferentes comunidades para dialogar, a escola cria experiências que ultrapassam os limites da sala de aula, tornando o aprendizado mais rico e significativo. Essas vivências estimulam a curiosidade, desconstróem preconceitos e promovem um ambiente onde a pluralidade se revela como elemento essencial para a convivência democrática.

O fortalecimento da inclusão no Ensino Religioso requer uma abordagem sensível às narrativas marginalizadas, especialmente aquelas que traduzem as experiências de alunos com necessidades especiais. Ao incorporar múltiplas linguagens – teatro, música ou produções audiovisuais –, os docentes criam espaços onde diferentes formas de expressão ganham legitimidade. Imagine, por exemplo, uma apresentação teatral

adaptada que permita a participação plena de estudantes com limitações motoras ou intelectuais, elevando não só o aprendizado, mas também a autoestima coletiva.

As rodas de conversa emergem como instrumentos poderosos nesse contexto, permitindo o compartilhamento de vivências singulares que enriquecem o repertório do grupo. Tais práticas transformam o Ensino Religioso em território fértil para construir, conjuntamente, um ambiente de respeito e valorização da diversidade, onde cada estudante encontra seu lugar de fala e protagonismo. A diversidade impõe desafios à escola, mas também representa oportunidade para repensar práticas pedagógicas e promover o respeito mútuo (Gomes, 2014).

Diante dos desafios diários de alunos com necessidades especiais, o Ensino Religioso precisa abraçar um papel transformador. Ao criar espaços de diálogo autêntico, a disciplina quebra barreiras e promove verdadeira inclusão. Círculos de convivência, por exemplo, permitem que cada estudante compartilhe sua jornada espiritual, desconstruindo preconceitos e tecendo pontes de compreensão mútua.

Práticas pedagógicas inovadoras — como recursos multimodais e adaptações personalizadas — ampliam o sentimento de pertencimento. O educador deixa de ser mero transmissor de conteúdos e se torna agente ativo na formação ética e cidadã. Assim, o Ensino Religioso transcende fronteiras curriculares, conquistando um lugar singular na construção de uma sociedade mais empática e acolhedora.

Construir o respeito no Ensino Religioso dista muito de ser um processo mecânico. Requer dos educadores uma postura intencional e sensível, capaz de transformar diferenças em pontes de diálogo. Mais que isso: exige criar ambientes onde cada estudante se sinta acolhido em sua singularidade.

Debates mediadores sobre dilemas éticos de diversas tradições religiosas podem ser estratégias poderosas. Neles, os alunos são convidados a expor suas visões sem medo de julgamento, numa troca genuína de perspectivas. Quando estudantes com necessidades especiais compartilham suas experiências, a aprendizagem ganha profundidade humana e coletiva. Os autores Silva e Santos (2018) também afirmam que a educação inclusiva pressupõe o desenvolvimento de estratégias pedagógicas

específicas, capazes de atender às necessidades de todos os alunos, garantindo-lhes acesso, participação e aprendizagem.

Tais práticas ultrapassam a mera compreensão intelectual. Cultivam atitudes de empatia e solidariedade que extrapolam os muros escolares, preparando cidadãos capazes de reconhecer a diversidade não como fonte de conflito, mas de riqueza compartilhada.

2.3 PRINCIPAIS TEORIAS QUE SUSTENTAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No cenário educacional, as teorias de Vygotsky (1981) se destacam pela ênfase na interação social e no contexto. Sua abordagem rompe com visões individualistas, mostrando que aprender vai além do esforço pessoal. Estudantes constroem conhecimento através de trocas, onde cada experiência individual enriquece o aprendizado coletivo. Os diálogos, as discussões e as vivências compartilhadas tornam-se, assim, ferramentas poderosas de desenvolvimento.

Complementando essa perspectiva, Gardner (1995) amplia os horizontes com sua Teoria das Inteligências Múltiplas. Ele reconhece que cada aluno possui um modo único de compreender e expressar saberes. Não se trata apenas de adaptar espaços físicos, mas de valorizar as diferentes capacidades. Um estudante pode ser brilhante em música, outro em matemática, outro em relações interpessoais. A inclusão, portanto, celebra essa diversidade, criando ambientes que acolhem e potencializam talentos singulares.

Na visão de Freire (2011), a educação ganha novos contornos quando o estudante deixa de ser mero espectador. Sua abordagem revolucionária convida cada sujeito a mergulhar ativamente na construção do conhecimento, valorizando suas vivências e contexto sociocultural. Com isso, os educadores são desafiados a abandonar métodos tradicionais de transmissão e abraçar uma pedagogia mais dinâmica e participativa.

Ao implementar estratégias como projetos interdisciplinares e rodas de conversa, os professores criam espaços de diálogo e troca. Nessas interações, diferentes saberes se entrelaçam, transformando a sala de aula em um laboratório de cidadania e emancipação.

Tais práticas não só ampliam o aprendizado, mas também empoderam os estudantes, permitindo que compreendam criticamente sua realidade. Dessa forma, teorias como a de Freire (2011) contribuem decisivamente para consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

Ao mergulhar nos modelos práticos de inclusão, fica evidente que seu sucesso depende do engajamento coletivo e da criatividade pedagógica. As escolas que realmente transformam vêm construindo estratégias inovadoras: equipes multidisciplinares unem esforços, elaborando planos personalizados que respondem às singularidades de cada aluno. Projetos como salas de recursos e tutoria entre pares não são meros instrumentos, mas verdadeiras pontes para aprendizagem significativa.

Tecnologias assistivas ampliam esse universo, permitindo que cada estudante encontre seu próprio caminho de participação. Não se trata apenas de incluir, mas de criar ambientes onde diferenças sejam celebradas. A inclusão, assim, deixa de ser um desafio isolado e se transforma num processo dinâmico: exige diálogo constante, avaliação contínua e abertura para reinvenção. Cada escola torna-se, então, um laboratório vivo de aprendizagem e transformação.

Ao examinar os fundamentos da educação inclusiva, percebe-se que seu compromisso transcende meros aspectos normativos. No cotidiano escolar, especialmente quando integrado ao Ensino Religioso, esse princípio ganha vida própria. A trajetória histórica desse componente curricular desvela desafios e oportunidades para fortalecer valores fundamentais: respeito, diversidade e pertencimento. Tais elementos são cruciais na formação cidadã, alcançando todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais.

O educador assume papel central nesse processo transformador. Sua formação, sensibilidade e proatividade podem converter barreiras em pontes de conexão. Ao reconhecer a riqueza das diferenças e promover diálogo entre teoria e prática, ele reafirma o potencial da educação inclusiva. Mais do que integrar, essa abordagem inspira a construção de uma sociedade mais justa e plural. Resta-nos, portanto, o desafio de não apenas defender a inclusão, mas vivenciá-la de modo autêntico e comprometido.

Para conquistar avanços significativos, a comunidade escolar precisa desenvolver projetos integradores. Ao reunir professores, famílias e estudantes em espaços de diálogo, criam-se oportunidades reais de construir ambientes inclusivos. Rodas de conversa interdisciplinares, por exemplo, permitem que diferentes olhares se encontrem, valorizando cada voz e perspectiva. Essas iniciativas não só fortalecem laços sociais, mas inspiram uma cultura de empatia. Assim, a escola deixa de ser mero canal de informação e se transforma em protagonista na construção de uma sociedade mais humana e acolhedora (Mantoan, 2003).

Nesse contexto educacional, avaliações formativas emergem como aliadas fundamentais da inclusão. Diferentemente dos métodos tradicionais, que rotulam e classificam os estudantes, essas abordagens valorizam as singularidades de cada aluno. Imagine um processo avaliativo que não pune, mas celebra o potencial individual: erros transformam-se em trampolins para o desenvolvimento. A autoavaliação e a avaliação entre pares ganham destaque, permitindo que os próprios estudantes protagonizem sua jornada de aprendizagem. Ao envolvê-los ativamente, criam-se espaços de reflexão coletiva e responsabilidade compartilhada. Repensar a avaliação não é apenas uma escolha metodológica, mas um compromisso ético com uma educação verdadeiramente transformadora. De acordo com Lopes e Peroni (2011), a inclusão escolar representa a superação de práticas excludentes e a construção de uma escola que acolhe, respeita e valoriza as diferenças, promovendo a aprendizagem de todos.

Ressignificar as avaliações escolares exigem uma mudança profunda na percepção do erro. Educadores passam a enxergar os equívocos não como tropeços, mas como janelas de aprendizagem. Numa sala de aula dinâmica, cada desafio mal resolvido se transforma em combustível para o crescimento individual e coletivo.

Quando um estudante recebe devolutivas construtivas em atividades conjuntas, ele desenvolve autoconhecimento e autonomia. Esse processo reduz a ansiedade típica das provas tradicionais, criando um ambiente mais acolhedor. Na prática, os alunos aprendem que errar não é fracassar, mas uma etapa essencial da construção do conhecimento.

Ao promover uma cultura colaborativa, onde professores e alunos crescem juntos, a avaliação se consolida como ferramenta de respeito. Ela deixa de ser um instrumento punitivo e se torna um caminho para valorizar as diferenças, incentivando cada indivíduo a desenvolver seu potencial único.

Sob outro prisma, as tecnologias digitais podem alavancar processos inclusivos nas avaliações. Imagine plataformas que se adaptam como um professor atento: softwares educativos personalizam atividades conforme o perfil de cada estudante, facilitando a participação de quem tem necessidades especiais. Recursos como leitores de tela ou vídeos legendados abrem novos caminhos. Nesse contexto, todos conseguem expressar conhecimentos sem barreiras dos métodos tradicionais. A escola se transforma: mais que um espaço, torna-se um ambiente verdadeiramente democrático. A inovação tecnológica, quando guiada pelo olhar sensível do educador, reforça o compromisso com uma avaliação justa e que promove a autonomia estudantil.

Além das conquistas tecnológicas, o ambiente escolar revela-se crucial na promoção da inclusão durante as avaliações. Um espaço acolhedor, onde estudantes se sentem ouvidos e respeitados, transforma o processo avaliativo. Imagine uma sala onde o medo de errar não existe: professores flexibilizam prazos e aceitam trabalhos em diversos formatos — vídeos, podcasts, performances artísticas. Essa abordagem não discrimina, mas valoriza as diferentes formas de expressar conhecimento. Ao validar cada trajetória individual, a escola fortalece a autoestima e estimula uma relação mais leve com o aprendizado.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, por meio da realização de uma pesquisa bibliográfica. Essa escolha se justifica pela natureza do objeto de estudo, que envolve conceitos abstratos, como sagrado, espaço público e interação religiosa, os quais requerem uma análise teórica aprofundada. A pesquisa bibliográfica permite a sistematização de conhecimentos já produzidos por

estudiosos da área, possibilitando a construção de um referencial crítico e analítico sobre o tema em questão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa evidenciam que o Ensino Religioso, quando conduzido de forma inclusiva, pode desempenhar papel fundamental na construção de um ambiente escolar mais acolhedor, democrático e plural. A análise bibliográfica revelou que práticas pedagógicas baseadas no respeito às diferenças, no diálogo inter-religioso e na valorização das múltiplas formas de expressão possibilitam a participação efetiva de alunos com necessidades educacionais especiais, sobretudo quando essas estratégias são desenvolvidas a partir de uma perspectiva colaborativa e sensível à diversidade.

Um dos principais achados diz respeito à centralidade da formação docente. Estudos analisados apontam que muitos professores ainda carecem de preparo específico para atuar com alunos que apresentam deficiências, especialmente no contexto do Ensino Religioso, onde a diversidade cultural e espiritual exige do educador uma postura ética, aberta e não dogmática. A ausência de formação continuada e de recursos pedagógicos adaptados contribui para a manutenção de práticas excludentes, mesmo em ambientes escolares comprometidos com a inclusão formal.

Por outro lado, experiências relatadas na literatura revelam que, quando há investimento em formação docente e em recursos acessíveis — como uso de Libras, materiais em braile, recursos visuais e multissensoriais —, o Ensino Religioso transforma-se em um espaço fértil para o desenvolvimento da empatia, da escuta ativa e da valorização das singularidades dos estudantes. Nessas situações, o conteúdo deixa de ser apenas transmissivo e passa a ser construído de forma coletiva, com o protagonismo dos próprios alunos.

A discussão também permitiu identificar que a abordagem inter-religiosa, quando bem conduzida, favorece o desenvolvimento de atitudes de respeito e tolerância. Ao trabalhar temas como justiça, solidariedade, alteridade e espiritualidade em suas diversas

expressões, o Ensino Religioso estimula a reflexão ética e contribui para o fortalecimento da convivência democrática no ambiente escolar. Isso é especialmente relevante para estudantes com deficiência, frequentemente alvo de estigmas e exclusões, pois promove o reconhecimento de suas identidades e narrativas de vida como legítimas e valiosas.

Outro ponto relevante diz respeito à importância das práticas pedagógicas ativas e adaptativas. Estratégias como rodas de conversa, contação de histórias acessíveis, atividades multissensoriais e projetos interdisciplinares foram destacadas como eficazes na promoção da participação dos estudantes com deficiência. Essas metodologias favorecem o engajamento e ampliam as possibilidades de aprendizagem, ao mesmo tempo em que fortalecem os vínculos entre os sujeitos escolares.

Entretanto, os resultados também apontam limitações importantes. A maioria dos estudos ainda se concentra em experiências localizadas e não generalizáveis, o que dificulta a formulação de diretrizes amplas para o ensino religioso inclusivo. Além disso, persiste uma lacuna entre a legislação inclusiva e sua efetivação prática nas escolas, especialmente nas redes públicas com menos recursos humanos e materiais.

Diante desses resultados, reafirma-se a necessidade de políticas públicas que promovam a formação continuada dos docentes, o investimento em tecnologias assistivas e a valorização da diversidade religiosa e cultural como eixo estruturante do currículo escolar. Mais do que adaptar o conteúdo, é preciso transformar a lógica da escola, de modo que o Ensino Religioso se configure como uma ferramenta de construção de pertencimento, respeito e emancipação.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu compreender que o Ensino Religioso, quando planejado e conduzido a partir de uma perspectiva inclusiva, possui um enorme potencial para contribuir com a valorização da diversidade e com o fortalecimento de uma cultura escolar pautada no respeito, no diálogo e na equidade. Ao integrar práticas pedagógicas sensíveis às singularidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, essa

disciplina se mostra capaz de promover não apenas o acesso ao conhecimento, mas também o pertencimento, a autonomia e o protagonismo desses estudantes.

A análise bibliográfica revelou que, apesar dos avanços legais garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão, ainda há um descompasso entre o discurso normativo e a realidade das escolas, especialmente no que tange à formação docente e à disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis. A ausência de capacitação específica para o ensino religioso inclusivo se destaca como um dos principais entraves à efetivação de práticas verdadeiramente equitativas.

Por outro lado, as experiências positivas identificadas na literatura demonstram que, quando há intencionalidade pedagógica e apoio institucional, é possível transformar o Ensino Religioso em um espaço significativo de convivência, escuta e construção coletiva do saber. Atividades como rodas de diálogo, contação de histórias acessíveis, uso de recursos multissensoriais e projetos inter-religiosos revelam-se ferramentas potentes para fomentar o respeito às diferenças e a cultura de paz no ambiente escolar.

Conclui-se, portanto, que é urgente investir na formação continuada dos professores, na elaboração de materiais acessíveis e na articulação de políticas públicas que incentivem a prática inclusiva no Ensino Religioso. Mais do que adaptar o conteúdo, trata-se de ressignificar o papel da escola como espaço de acolhimento e transformação social, onde todos os sujeitos — em sua pluralidade de crenças, corpos e modos de ser — possam aprender, ensinar e coexistir em condições de igualdade e dignidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**: diálogos com a Lei 10.639/03. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LOPES, José; PERONI, Vera. **Políticas públicas e educação**: democratização e qualidade. Campinas: Autores Associados, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículo e diversidade cultural**. São Paulo: Autores Associados, 2017.

OLIVER, Michael. **The politics of disablement**. London: Macmillan, 1990.

SILVA, Maria Aparecida; SANTOS, Eliane Barbosa dos. **Ensino religioso e inclusão escolar**: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Educação, Brasília, v. 23, n. 72, p. 1-18, 2018.

VILLA, Richard A.; THOUSAND, Jacqueline S. **Creating an inclusive school**. Alexandria: ASCD, 2005.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.